

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE OUTORGA Nº 39/2023

Declaro para os devidos fins que o **Sr. Dejivaldo Martins dos Santos**, C.P.F. nº [REDACTED] requereu junto a esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas – SEMAC, conforme Processo nº 035000.00010/2023-2, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, em manancial subterrâneo, proveniente do Aquífero granular depósitos marinhos e continentais costeiros, destinado a atender a demanda de **aquicultura (piscicultura)**, localizado no Sítio Indiarobinha, S/N, Povoado Terra Caída, Zona Rural, município de Indiaroba.

Após análise da solicitação, **a vazão máxima requerida (1,55 m³/h), é considerada como de uso insignificante**. Convém ressaltar que de acordo com o estabelecido na Resolução CONERH nº. 20/2014, datada de 26 de fevereiro de 2014, que “Altera dispositivos da Resolução nº. 01/2001, em seu Art. 1º, alínea “I”, as captações de água por empreendimentos aquícolas enquadrados no Licenciamento Simplificado (Resolução CEMA nº. 05/2012) ficam dispensadas de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

O regime de derivação será de 8 h/dia, 20 dias/mês, correspondendo a um volume de 372,00 m³/mês, uso não consultivo de 122.318,00 m³/ano e área de espelho d’água de 4.530 m².

Ressalta-se que o usuário, de acordo com § 3º da Resolução nº. 20/2014 do CONERH, deverá zelar para que o seu dimensionamento não traga prejuízos aos demais usuários de recursos hídricos.

O ponto está localizado no Sistema de Referência SIRGAS 2000 – Fuso 24 – Sul, nas coordenadas UTM 670.800m E e 8.735.226m S, Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, Unidade de Planejamento 21 – Guararema.

Destaca-se que a seção onde se dá a derivação de água o empreendimento, sofre atualmente influência dos efeitos da maré, o que influencia, positivamente, a disponibilidade hídrica da referida seção.

O outorgado deverá articular-se com os demais usuários de água de empreendimentos aquícolas, objetivando a realização de operação compactuada, a fim de que todos possam utilizar água de forma reacional e integrada com vistas ao desenvolvimento sustentável.

O requerente deverá cumprir rigorosamente a Legislação Ambiental, em especial a Lei nº. 12.651/12, que institui o Código Florestal, artigos 4º e 6º, que tratam da proteção de vegetação e das áreas consideradas de preservação permanente.

Outrossim, saliento ainda que a utilização de recursos hídricos em desacordo com a presente declaração está sujeita às penalidades previstas no Art. 55 da Lei Estadual nº. 3.870/97 e no Art. 27 do Decreto Estadual nº. 18.456/99, dentre elas advertência, multa simples ou diária e embargo definitivo.

Aracaju, 31 de março de 2023



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

AILTON FRANCISCO DA ROCHA
Diretor(a)

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: LPUI-G9UM-VZPA-GGJW



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/04/2023 é(são) :

- AILTON FRANCISCO DA ROCHA - 31/03/2023 12:02:03